

Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional

A **Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, denominada “Companhia” é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua dos Pinheiros, nº 1.673, 12º andar, Ala Norte, Sala II, Pinheiros, autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), tendo como principais objetivos a administração de recursos de terceiros, administração de fundos de investimento, prestação de serviços de consultoria e assessoria financeira e serviços relacionados com o mercado de capitais e tem como acionista a Sul América Companhia de Seguro Saúde (CIA. SAÚDE), que detém 100% da participação. A Companhia faz parte do conjunto de empresas formado pela Sul América S.A. (SASA) e suas controladas, que é tratado pelo termo “SulAmérica”. A SASA tem como principal acionista a Sulasapar Participações S.A.

A SASA é uma companhia de capital aberto e publicou, em 24/02/2022, no jornal Valor Econômico, suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas resumidas e no site deste mesmo jornal suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas completas relativas ao exercício findo em 31/12/2021, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS).

Os Administradores da Companhia informam que estas demonstrações financeiras estão sendo divulgadas em conformidade ao artigo 294 da Lei nº 6.404/1976, com redação dada pela Lei Complementar nº 182/2021, que permite as companhias fechadas com receita bruta anual de até R\$78.000 realizar suas publicações previstas de forma eletrônica na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED.

1.1. Compra de participação na O10 Participações S.A. (“O10”), controladora da Órama

Em 13 de fevereiro de 2020, a SASA comunicou ao mercado que, após o cumprimento das condições precedentes previstas em contrato, concluiu a operação de investimento de R\$100.000 na Órama, composto por patrimônio líquido no montante de R\$20.709, ativos intangíveis reconhecidos no montante de R\$25.352 e ágio fundamentado na expectativa de resultados futuros de R\$53.939. O investimento ocorreu mediante capitalização pela Companhia na O10 Participações S.A. (“O10”), controladora da Órama, passando a Companhia a deter participação de 25% no capital social total e votante da O10.

Durante o ano de 2020, foram identificados ajustes no valor contábil do patrimônio líquido base para aquisição no montante de R\$677, e efeitos fiscais sobre a mais valia dos intangíveis no valor de R\$8.572, não alterando o preço de aquisição do investimento, porém alterando sua composição para patrimônio líquido de R\$21.386, mais valia líquida dos efeitos fiscais de R\$16.780 e ágio por expectativa de rentabilidade futura de R\$61.834, totalizando o investimento de R\$100.000.

1.2. Análise de impactos trazidos pela COVID-19

Em 2021, continuamos observando os impactos da pandemia no Brasil, e percebemos que com a redução nas taxas de ocupação dos leitos nos hospitais no quarto trimestre de 2021, em conjunto com o avanço na vacinação da população, tornou-se possível para Companhia a reabertura de algumas filiais e a retomada gradual das atividades presenciais das áreas comerciais e relacionamento, assim como da área de negócios de gestão de investimentos de terceiros.

Além disso, a reabertura dos demais escritórios (sede e filiais) ocorreu a partir de 03/01/2022. O retorno de todas as equipes às atividades presenciais/híbridas se dará ao longo de 2022, por ondas, considerando: (1) um modelo de trabalho híbrido (combinando o presencial e o remoto), que visa maximizar eficiência operacional e engajamento dos colaboradores; e (2) retração ou evolução dos casos de COVID-19 nas regiões onde atuamos presencialmente.

Destacamos que durante o exercício de 2021, a Companhia permaneceu com todos os processos operacionais em pleno funcionamento e sem quaisquer impactos para clientes, corretores, prestadores de serviços e investidores.

A Companhia segue mantendo o monitoramento tempestivo de sua liquidez e solvência e adotando medidas para garantir sua manutenção em níveis adequados.

Entre tais medidas está a manutenção do rígido controle de desembolsos financeiros (custos, despesas e investimentos), preservando os investimentos programados pela Companhia em suas operações e que sejam considerados prioritários neste atual ambiente.

Com relação às operações da Companhia, observamos um aumento nas receitas oriundas da taxa de performance no período, acompanhando o desempenho dos fundos. Por outro lado, no contexto da pandemia e seus efeitos na economia, verificamos um menor nível no volume de ativos sob gestão e administração da Companhia.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e incluem a legislação societária, as normas e instruções do BACEN e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pelo BACEN e estão sendo apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Adicionalmente, as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas conforme determinado pela Resolução BCB nº 2/2020 e Resolução CMN nº 4.818/2020, que entraram em vigor a partir 01/01/2021. A partir de 01/01/2020, as alterações advindas da Resolução do CMN nº 4.270/2019 e Circular BACEN nº 3.959/2019, posteriormente consolidadas na Resolução BCB nº 2/2020, foram incluídas nas demonstrações financeiras da Companhia. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridades com requerimentos de apresentação das normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS). A Resolução e seus normativos complementares alteraram os critérios gerais de elaboração e divulgação de demonstrações financeiras até então vigentes. A Companhia não teve impactos significativos na adoção da referida Resolução em relação aos critérios até então adotados na elaboração e divulgação das demonstrações financeiras, exceto pela apresentação das rubricas do balanço patrimonial. Também de acordo com a referida Resolução, a Companhia está apresentando como demonstração financeira obrigatória a Demonstração do Resultado Abrangente (DRA). A Companhia observou também o requerido pelo CPC 41 para o cálculo do lucro por ação e a evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes. Não houve alteração em relação às políticas contábeis já praticadas pela Companhia.

O Conselho de Administração aprovou a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 31/03/2022.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1. Resumo das práticas contábeis

As práticas contábeis mais relevantes adotadas são:

- O resultado das operações é apurado pelo regime de competência;
- Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente;
- Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contrato; e
- Os créditos tributários não são ajustados a valor presente.

3.2. Ativos financeiros circulantes e realizáveis a longo prazo

3.2.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Rendimentos, valorizações e desvalorizações desses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado.

Certos títulos e valores mobiliários podem ser classificados nessa categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos documentada.

Em 31/12/2021 e 31/12/2020, a Companhia não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

3.2.2. Títulos e valores mobiliários disponíveis para a venda

Títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias “mensurados ao valor justo por meio do resultado”, “mantidos até o vencimento” ou “empréstimos e recebíveis” são classificados como “disponível para venda” e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas ou o valor recuperável apresenta redução, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido.

3.2.3. Mantidos até o vencimento

Títulos e valores mobiliários que a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado.

3.2.4. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados pelas contas a receber, mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.

3.3. Investimentos – participações societárias

Reconhecidos inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, combinado com o seguinte aspecto:

- Nas demonstrações financeiras, as participações acionárias em coligadas e controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

3.4. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras.

O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos em até 3 anos.

Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

3.5. Provisões para ações judiciais

A Companhia constitui provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais cíveis, trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelos consultores legais independentes, acompanhada pelo Departamento Jurídico interno e pela Administração da Companhia.

3.5.1. Cíveis e trabalhistas

No caso dos processos judiciais cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cujo pedido é recorrente e relacionado ao negócio, adicionalmente à estimativa do valor e classificação do grau de risco, os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de probabilidade de perda e o desembolso financeiro.

Caso o processo judicial cível seja classificado como especial, ou seja, possuir pedidos e valores não usuais, de acordo com as regras estabelecidas na Política de Processos Especiais da Companhia, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, sendo mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais. Ressalta-se que, dada a individualidade e particularidade destas ações, não é possível basear as provisões nos valores já dispendidos em outros casos.

A partir de outubro de 2017, todos os processos trabalhistas passaram a ser classificados como especiais em razão da realização de acompanhamento diferenciado e minucioso de cada processo, portanto, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais, por pedido.

Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais. Os processos cíveis são atualizados mensalmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), com incidência de juros de 10,79% ao ano (10,71% em 31/12/2020). Já os processos trabalhistas são atualizados considerando o índice de correção monetária individualizado por processo, de acordo com as regras de modulação estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Neste caso, os processos podem ser atualizados apenas pela Taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), ou pelos índices Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ou Taxa Referencial (TR), com incidência de juros de 10,79% ao ano (10,71% em 31/12/2020). Os processos previdenciários, por sua vez, são atualizados apenas pela SELIC.

As provisões para processos judiciais e os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza cível, assim como as trabalhistas, estão contabilizados no passivo não circulante na rubrica "Outras obrigações - provisões".

Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante, em rubrica própria, e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis e trabalhistas, pela SELIC para os depósitos previdenciários, conforme legislação vigente.

3.5.2. Fiscais

As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são provisionados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras,

na rubrica de “Outras obrigações - provisões”, no não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados em rubrica própria, no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente.

3.6. Benefícios a empregados

Os benefícios compreendem o Plano de Contribuição Definida, por intermédio do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), seguro saúde e seguro de vida.

Os custos com o PGBL são reconhecidos nos resultados pelo valor das contribuições efetuadas. Os compromissos com seguro saúde e seguro de vida são provisionados pelo regime de competência, com base em cálculos atuariais, de acordo com o Método da Unidade de Crédito Projetada e outras premissas atuariais.

3.7. Incentivos em ações

A Companhia concede incentivos em ações da SASA a seus administradores. Os planos são compostos por outorgas de opções bonificadas, onde o executivo adquire uma quantidade de ações em tesouraria da SASA, com direito a bonificação. Tanto as ações adquiridas quanto as bonificações de ações possuem carência, sendo 33% com carência de 3 anos, 33% com carência de 4 anos e o restante com carência de 5 anos.

O valor justo do plano é mensurado pela Companhia com base na última cotação da ação da SASA antes da outorga. Os valores relacionados ao plano de incentivo em ações são contabilizados na rubrica “Despesas administrativas”, com um correspondente lançamento na rubrica “Outras obrigações – diversas”. Periodicamente, a Companhia reembolsa à SASA pelos incentivos em ações dados a seus executivos (vide nota 12.2).

3.8. Dividendos

Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração, ao se manifestar sobre as demonstrações financeiras, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos declarados pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras.

3.9. Estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para instituições financeiras requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos passivos relacionados ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais e a apuração do valor justo dos instrumentos financeiros e créditos tributários.

Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos, que porventura surjam são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem.

Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas notas explicativas de títulos e valores mobiliários (nota 5), créditos tributários de impostos e contribuições (nota 7.1) e provisões para ações judiciais (nota 13).

3.10. Depósitos judiciais e fiscais

Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo realizável a longo prazo e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidos no resultado.

3.11. Normas e interpretações novas e revisadas

3.11.1. Normas Internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2021 e não adotadas de forma antecipada pela Companhia

Uma série de novas normas estará efetiva para exercícios iniciados após 31 de dezembro de 2021 e não deverão ter um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações:

- Resolução CMN nº 4.817, de 29/05/2020 – Critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto – Em vigor a partir de 01/01/2022;
- Resolução BCB nº 33, de 29/10/2020 – Dispõe sobre os procedimentos para a divulgação em notas explicativas de informações relacionadas aos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto pelas instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN – Em vigor a partir de 01/01/2022;

- Resolução CMN nº 4.924 de 24/06/2021 - Dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidência contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN – Em vigor a partir de 01/01/2022;
- Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021 - Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN – Em vigor a partir de 01/01/2022, em relação ao art. 24, aos arts. 76 a 78 e ao inciso XIX do art. 80; e a partir de 01/01/2025, em relação aos demais dispositivos;
- Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao IAS 1) – Em vigor a partir de 01/01/2023;
- Imobilizado - Receitas antes do uso pretendido (alterações ao IAS 16) – Em vigor a partir de 01/01/2022; e
- Contratos onerosos - Custo de cumprir um contrato (alterações ao IAS 37) – Em vigor a partir de 01/01/2022.

O CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS, assim como o BACEN, não aprovou todos os pronunciamentos já emitidos pelo CPC. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

4. Gerenciamento de riscos

O processo de gestão de riscos (“Enterprise Risk Management – ERM”) da Companhia tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar tais riscos garantindo capital adequado para sustentar as operações em cenários inesperados, de acordo com o apetite a riscos vigentes.

A metodologia desenvolvida para o processo de gerenciamento de riscos corporativos busca referências nas melhores práticas internacionais, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e procedimentos definidos em Solvência II. Este processo é executado em fases integradas e contínuas descritas da seguinte forma:

• Identificação dos riscos

Processo de identificação e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos;

• Quantificação dos riscos

Os riscos priorizados são quantificados através de modelagens específicas envolvendo a probabilidade de ocorrência e seus possíveis impactos;

• Resposta aos riscos

De acordo com os resultados do processo de quantificação e alinhado com o apetite a riscos vigentes, são elaborados planos de ação de resposta aos riscos; e

• Monitoramento e reporte

As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta são monitorados e gerenciados através de indicadores e relatórios elaborados pela área de riscos corporativos, a qual os reporta à Unidade de Negócio, ao Comitê de Riscos (CoRi), Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos e Conselho de Administração, de acordo com periodicidade mínima pré-definida ou sempre que julgar necessário.

Adicionalmente, a Companhia apura a suficiência do Patrimônio de Referência em relação ao Patrimônio de Referência Exigido, requerido mensalmente pelo regulador.

As diretrizes e o monitoramento do processo de ERM da organização são estabelecidos pelo Conselho de Administração, que também tem como responsabilidade definir o Apetite a Riscos da Companhia. O Apetite a Riscos tem por objetivo criar fronteiras para assunção dos riscos pela Companhia, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites.

É papel do Comitê de Riscos e da Divisão de Riscos corporativos, reportar ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, na periodicidade definida pelos mesmos, os resultados e desenvolvimentos do programa de gestão de riscos corporativos.

O Gestor de Riscos tem como função ser o ponto focal de todas as ações relacionadas à gestão dos riscos corporativos na empresa além de ser o elo com o regulador cabendo a ele, dentre outras atividades, monitorar e reportar periodicamente ao Comitê de Riscos o perfil de riscos e os níveis de exposição da Companhia.

A área de controles internos sob a responsabilidade do Gestor de Riscos da SulAmérica tem a função de realizar avaliações contínuas, através de testes de eficácia, para se certificar da presença e do funcionamento dos controles.

O programa de gestão de riscos da SulAmérica está estruturado sob o conceito de linhas de atividades diretas na Gestão de Riscos, conforme melhores práticas internacionais, nomeado como Modelo das Três Linhas. Segundo o IIA (The Institute of Internal Auditors), o Modelo de Três Linhas ajuda as organizações a identificar estruturas e processos que melhor auxiliam no atingimento dos objetivos e facilitam uma forte governança e gerenciamento de riscos. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha. Esta segunda gestão do risco (2ª linha) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo avaliações independentes e complementares sobre os riscos e controles gerenciados pela primeira linha. Após a atuação da primeira linha, o objetivo da segunda linha é identificar e

quantificar os riscos, juntamente com seus respectivos controles, que poderão produzir desvios nos resultados dos negócios. Responsável também por estabelecer uma visão holística sobre o tema, devendo produzir alinhamento e integração entre as metodologias de gestão de riscos utilizadas em cada uma das operações da SulAmérica. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna da primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha).

O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a Companhia está exposta. A Companhia desenvolveu dicionário próprio de riscos a fim de padronizar a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais.

As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicitando como cada uma das categorias impacta nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos.

4.1. Riscos de mercado

Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos ou passivos da organização de maneiras distintas.

A gestão dos investimentos da Companhia é realizada através de política específica aprovada pelo Comitê de Investimentos. Esta política estabelece e descreve as diretrizes estratégicas que devem ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites, restrições e regras de diversificação visando que a alocação busque um volume de rentabilidade apropriado e assegure a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações. Como determinações desta política, constam alguns critérios dos quais a gestão de cada carteira deve contemplar, dentre eles:

- Metas de rentabilidade;
- Limites de risco;
- Prazos máximos para alocação dos ativos; e
- Liquidez mínima exigida.

Permanentemente, o Comitê de Investimentos, faz o acompanhamento da alocação e desempenho dos ativos com base nas suas estratégias de forma a possibilitar revisão e rebalanceamento periódicos.

Diariamente e de acordo com a Política de Investimentos é apurado o VaR (Value at Risk) e realizados Teste de Estresse (*Stress Test*) na carteira de investimentos para observar se a estratégia adotada está dentro do Apetite a Risco de mercado estabelecido. Os limites de VaR e do Teste de Estresse são revisados anualmente e definidos conforme Apetite a Riscos da Companhia.

4.2. Riscos de crédito

Os riscos de crédito estão relacionados com a possibilidade de devedores deixarem de cumprir um contrato ou deixarem de cumpri-los nos termos em que foi acordado.

Os limites relativos às aplicações financeiras são estabelecidos através de um Comitê de Crédito que se reúne mensalmente, podendo haver convocações extraordinárias quando necessário.

A composição da carteira da Companhia é segmentada em Letra Financeira do Tesouro (LFT) e cotas de fundo de investimentos administradas por instituição de primeira linha, não pertencente ao grupo.

Vale ressaltar que a Companhia não investe diretamente em crédito privado, tendo alocado sua carteira em títulos públicos e fundos classificados como renda fixa.

A carteira é composta de investimentos de baixo risco e de curto prazo, investidos em quase sua totalidade em títulos públicos federais e fundos com perfil semelhante, caracterizando, desta forma, um perfil conservador e de alta liquidez, classificando como insignificante os riscos de crédito e mercado.

4.3. Riscos operacionais

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou eventos externos que possam causar danos à SulAmérica.

O gerenciamento do risco operacional é um processo de aprimoramento contínuo, de maneira a acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade das operações.

Neste sentido, a Ouvidoria da SulAmérica desempenha um papel importante na busca pela excelência operacional. Esta compõe a segunda linha da organização, contribuindo para maior proximidade com os clientes, apurando os fatos, realinhando estratégias e criando soluções para que a experiência do cliente seja positiva.

A gestão dos riscos operacionais é realizada em linha com o processo de ERM da SulAmérica com foco na identificação, avaliação dos riscos e controles e na resposta aos riscos que violem o apetite a risco definidos pelo Conselho de Administração.

Além disso, a área de Controles Internos dá suporte ao processo de ERM ao realizar testes de aderência dos controles relacionados aos riscos operacionais.

O processo de identificação de riscos operacionais e seus respectivos controles são realizados em reuniões com os pontos focais de cada macroprocesso. Após o processo de identificação dos riscos operacionais, é realizada avaliação qualitativa desses riscos além das avaliações dos seus respectivos mitigadores, incluindo testes de controle dos riscos classificados como médio e alto. Esta metodologia também contempla avaliação financeira dos riscos identificados, sempre que possível, utilizando-se os dados constantes nas bases de dados da Companhia.

Utilizando-se as avaliações qualitativa e quantitativa dos riscos, classificam-se todos os riscos operacionais em risco alto, risco médio e risco baixo.

4.4. Riscos legais e compliance

Consistem nos riscos de perdas resultantes do não cumprimento de leis e/ou regulamentações. O risco legal pode ser decorrente de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais.

4.4.1. Gestão dos riscos legais

Com uma visão corporativa, o departamento jurídico da organização, junto com seus prestadores de serviço, realiza a revisão em todos os contratos firmados pela Companhia a fim de mitigar o risco legal de contratos, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da organização. A área jurídica atua também contribuindo com projetos para melhoria de gestão das causas judiciais além de sugestões de como evitar riscos legais nas operações.

4.4.2. Gestão dos riscos de compliance

A Companhia possui uma estrutura de compliance, a fim de adequar as suas atividades às determinações dos órgãos reguladores e fiscalizadores, mediante elevados padrões de integridade, excelência ética e aderência à legislação e normas internas.

O objetivo desta estrutura é agir com imparcialidade na gestão e monitoramento do risco de compliance, contribuindo para o cumprimento das leis e regulamentação aplicáveis aos negócios, por meio da conscientização de conduta legal, ética e transparente, que favoreça os interesses de empregados, clientes, acionistas e parceiros, bem como que previna e detecte violações as leis e regulamentação através da identificação e gestão do risco de compliance, assim como facilite a defesa das posições relativas à compliance da organização perante os órgãos reguladores.

4.5. Análise de sensibilidade

A tabela a seguir apresenta a análise de sensibilidade de variação da receita, obtida através da taxa dos fundos de investimentos sob Administração da Companhia. A análise foi aplicada sobre o PL sob administração do mês atual, desconsiderando dupla contagens e uma estimativa de taxa de administração média anual.

Foram consideradas três hipóteses, "provável"; "remoto"; e "improvável", aplicados sobre a condição de perda de PL sob AUM.

As hipóteses consideradas contemplam reduções de -3%, -6% e -9% no PL.

	2021				2020			
	% de Queda	Perda Esperada	Estimativa de Receita	<> Receita	% de Queda	Perda Esperada	Estimativa de Receita	<> Receita
Provável	3%	(3.044)	98.431	-3%	3%	(2.889)	93.397	-3%
Remoto	6%	(6.088)	95.387	-6%	6%	(5.777)	90.509	-6%
Improvável	9%	(9.132)	92.343	-9%	9%	(8.666)	87.620	-9%

4.6. Gestão de capital

A SulAmérica monitora e reporta à sua administração mensalmente sua solvência através de relatórios gerenciais, indicando quando necessário à adequação de capital. Como avaliação dos possíveis impactos em capital, são realizados testes de estresse com o objetivo de simular eventos severos e condições extremas de mercado.

O BACEN, por meio do Regulamento Anexo II à Resolução nº 2.099, de 17/08/1994, com a redação dada pela Resolução nº 2.607, de 27/05/1999, regulou os critérios de apuração dos limites mínimos de patrimônio líquido compatíveis com o grau de risco da estrutura dos ativos (Acordo de Basileia) e limites máximos de diversificação de risco e de aplicação de recursos no ativo não circulante (imobilizado) e por meio das Resoluções nº 4.192 e 4.193, de 01/03/2013 e alterações posteriores, regulou os critérios para a apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) bem como os procedimentos para o cálculo da parcela referente ao Risco Operacional. A Companhia optou pela abordagem do indicador básico e está enquadrada nos referidos limites das resoluções supracitadas.

A tabela, abaixo, demonstra a aderência do Patrimônio da Companhia ao capital regulatório exigido.

Descrição	2021	2020
Patrimônio de referência	91.696	68.811
Patrimônio de referência exigido	11.538	9.324
Margem limite de compatibilização	80.158	59.487

5. Títulos e valores mobiliários

Descrição	Títulos para negociação			Disponível para venda		Taxa média de juros	Total
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil			
Títulos de renda fixa - públicos	-	-	51.753	51.387			51.387
Letras financeiras do tesouro	-	-	51.753	51.387	SELIC		51.387
Cotas de fundos de investimentos	10.082	10.082	-	-			10.082
Cotas de fundos de investimento não exclusivos	10.082	10.082	-	-			10.082
Subtotal	10.082	10.082	51.753	51.387			61.469
Percentual total - contábil		16,40%		83,60%			100,00%
Total							61.469
Circulante							61.469

Descrição	Títulos para negociação			Disponível para venda		Taxa média de juros	Total
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil			
Títulos de renda fixa - públicos	-	-	49.568	48.941			48.941
Letras financeiras do tesouro	-	-	49.568	48.941	SELIC		48.941
Cotas de fundos de investimentos	9.319	9.319	-	-			9.319
Cotas de fundos de investimento não exclusivos	9.319	9.319	-	-			9.319
Subtotal	9.319	9.319	49.568	48.941			58.260
Percentual total - contábil		16,00%		84,00%			100,00%
Total							58.260
Circulante							58.260

Descrição	Sem vencimento	Até 1 ano	Mais de 1 ano e até 2 anos	Mais de 2 anos e até 5 anos	Mais de 5 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou perda	Valor contábil
Instrumentos financeiros										
Aplicações financeiras	10.082	-	-	51.753	-	-	61.835	61.469	(366)	61.469
Títulos para negociação	10.082	-	-	-	-	-	10.082	10.082	-	10.082
Disponível para venda	-	-	-	51.753	-	-	51.753	51.387	(366)	51.387

Descrição	Sem vencimento	Até 1 ano	Mais de 1 ano e até 2 anos	Mais de 2 anos e até 5 anos	Mais de 5 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou perda	Valor contábil
Instrumentos financeiros										
Aplicações financeiras	9.319	-	-	-	49.568	-	58.887	58.260	(627)	58.260
Títulos para negociação	9.319	-	-	-	-	-	9.319	9.319	-	9.319
Disponível para venda	-	-	-	-	49.568	-	49.568	48.941	(627)	48.941

5.1. Análise de sensibilidade das aplicações

As métricas de risco utilizadas na elaboração das análises de sensibilidade das aplicações financeiras são:

- A metodologia de Value at Risk (VaR) paramétrico utilizando nível de confiança de 95% e ponderação maior para os retornos mais recentes. O conceito de VaR tem como objetivo quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. É denominado VaR paramétrico por utilizar dois parâmetros para ser quantificado: volatilidade e correlação. São avaliados também os prazos de maturidade e duration nos quais cada ativo pode estar alocado. Diariamente, a carteira de investimentos é monitorada visando garantir que os limites e enquadramentos definidos sejam respeitados; e
- DV01(dollar-value ou value for one basis-point), que é uma forma conveniente e amplamente utilizada de se mensurar o risco de mercado dos ativos de renda fixa, verificando o quanto seu valor de mercado se altera (ΔP) na oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. Para a apuração dos valores para renda variável, considera-se a variação de 1% na posição.

Em 31/12/2021 e 31/12/2020, o cálculo do ganho ou perda esperada em um dia no resultado e no patrimônio líquido através da metodologia VaR e da metodologia DV01, tem efeito zero.

5.2. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado

Os ativos mantidos em carteira são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3).

Os instrumentos financeiros foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo:

(i) Nível 1:

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

(ii) Nível 2:

Informações, exceto os preços cotados (incluídos no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

(iii) Nível 3:

Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis, modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo.

Nível 1

Títulos de renda fixa - públicos

Calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da ANBIMA.

Nível 2

Cotas de fundos de investimentos

Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada.

Descrição	Nível 1	Nível 2	2021 Total
Ativos financeiros			
Títulos para negociação	-	10.082	10.082
Disponível para venda	51.387	-	51.387
Total	51.387	10.082	61.469

Descrição	Nível 1	Nível 2	2020 Total
Ativos financeiros			
Títulos para negociação	-	9.319	9.319
Disponível para venda	48.941	-	48.941
Total	48.941	9.319	58.260

6. Outros créditos – rendas a receber

Descrição	2021	2020
Taxa de administração - fundos	2.681	2.943
Taxa de performance - fundos	2.392	1.608
Carteira administrada	574	605
Dividendos a receber	3.040	-
Total	8.687	5.156

7. Créditos tributários e previdenciários e tributos diferidos

Descrição	2021	2020
Impostos e contribuições a compensar (nota 7.1)	1.796	1.238
Créditos tributários (nota 7.2)	3.789	8.459
Débitos tributários (nota 7.2)	(1.044)	(995)
Total	4.541	8.702
Circulante	1.601	1.043
Não circulante	2.940	7.659

7.1. Impostos e contribuições a compensar

Descrição	Saldo em 01/01/2020	Adição	Atualização monetária	Baixa / Compensação	Saldo em 31/12/2020
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	355	453	1	(423)	386
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSLL	917	229	1	(699)	448
Programa de Integração Social - PIS	115	56	-	(97)	74
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	327	273	-	(270)	330
Total	1.714	1.011	2	(1.489)	1.238
Circulante					1.043
Não circulante					195

Descrição	Saldo em 31/12/2020	Adição	Atualização monetária	Baixa / Compensação	Saldo em 31/12/2021
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	386	109	5	(146)	354
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSLL	448	73	3	(82)	442
Programa de Integração Social - PIS	74	106	26	(49)	157
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	330	579	159	(225)	843
Total	1.238	867	193	(502)	1.796
Circulante					1.601
Não circulante					195

7.2. Créditos tributários de impostos e contribuições

Em 31/12/2021 e 2020, os créditos tributários são compostos da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 01/01/2020	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2020
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	3.143	2.420	(750)	4.813
Redução ao valor recuperável de créditos	-	49	(49)	-
Provisões	3.071	928	(2.922)	1.077
Amortização de ágio	-	1.197	-	1.197
Perda com ajuste a valor de mercado	-	251	-	251
Participações nos lucros	809	235	(714)	330
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	7.023	5.080	(4.435)	7.668
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	1.299	-	(508)	791
Total dos créditos tributários	8.322	5.080	(4.943)	8.459
Atualizações de depósitos judiciais	(958)	(37)	-	(995)
Ajuste a valor de mercado	(1)	-	1	-
Total dos débitos tributários	(959)	(37)	1	(995)
Total	7.363	5.043	(4.942)	7.464

Descrição	Saldo em 31/12/2020	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2021
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	4.813	115	(3.922)	1.006
Provisões	1.077	1.200	(1.077)	1.200
Amortização de ágio	1.197	-	(1.197)	-
Perda com ajuste a valor de mercado	251	359	(464)	146
Participações nos lucros	330	1.437	(330)	1.437
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	7.668	3.111	(6.990)	3.789
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	791	-	(791)	-
Total dos créditos tributários	8.459	3.111	(7.781)	3.789
Atualizações de depósitos judiciais	(995)	(49)	-	(1.044)
Total dos débitos tributários	(995)	(49)	-	(1.044)
Total	7.464	3.062	(7.781)	2.745

As realizações dos créditos tributários de diferenças temporárias relacionadas, principalmente, às provisões para ações judiciais e obrigações fiscais, dependem de decisão definitiva e da data de encerramento desses litígios. De qualquer forma, os orçamentos de resultados futuros aprovados pela Administração da Companhia, comportam integralmente a realização dos créditos tributários constituídos sobre as diferenças temporárias e possuem expectativa de realização em até 3 anos.

O valor presente dos créditos tributários detidos pela Companhia, considerando as respectivas datas de realizações destes créditos, projetadas de acordo com o estudo de rentabilidade futura aprovado pela Administração da Companhia é de R\$2.075.

Os valores apresentados no quadro abaixo representam os créditos tributários não registrados contabilmente, em sua maioria composta por amortizações de ágio em investimentos, em função da ausência de perspectiva de realização dos montantes amortizados.

Descrição	Base	Ativo fiscal diferido não reconhecido
Diferenças temporárias - IRPJ	9.256	2.314
Diferenças temporárias - CSLL	9.296	1.394
Total	18.552	3.708

8. Investimentos

As principais movimentações no investimento até 31/12/2021 foram:

	Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A.	O10 Participações S.A.	Total
Saldo em 01/01/2020	24.959	-	24.959
Aquisição de investimento	-	21.386	21.386
Ágio(b)	-	58.840	58.840
Mais valia (b)	-	15.432	15.432
Equivalência patrimonial (a)	27.433	(6.839)	20.594
Dividendos adicionais propostos	(22.745)	-	(22.745)
Dividendos intermediários	(15.285)	-	(15.285)
Saldo em 31/12/2020	14.362	88.819	103.181
Equivalência patrimonial (a)	17.833	(14.172)	3.661
Amortização do ágio e mais valia	-	(4.914)	(4.914)
Dividendos adicionais propostos	(12.148)	-	(12.148)
Dividendos intermediários	(1.260)	-	(1.260)
Dividendos obrigatórios	(3.040)	-	(3.040)
Saldo em 31/12/2021	15.747	69.733	85.480

- (a) A equivalência patrimonial da O10 Participações S.A. está sendo contabilizada com um mês de defasagem; e
(b) Os valores do ágio e mais valia estão apresentados líquidos da amortização no valor de R\$2.994 e R\$1.348, respectivamente.

2020

Descrição	Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A.	O10 Participações S.A.	Total
Ativo	28.779	57.108	
Passivo	12.821	45	
Patrimônio líquido	15.958	57.063	
Receita líquida	53.606	4	
Lucro líquido / (prejuízo) do exercício	30.481	(31.541)	
Percentual de participação (%)	90,00%	25,00%	
Valor contábil do investimento	14.362	14.547	28.909
Ágio	-	58.840	58.840
Mais valia	-	15.432	15.432
Quantidade de ações ordinárias	1.537.196	10.396.306	

2021

Descrição	Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A.	O10 Participações S.A.	Total
Ativo	38.613	31.994	
Passivo	21.821	30.494	
Patrimônio líquido	16.792	1.500	
Receita líquida	53.727	3.275	
Lucro líquido / (prejuízo) do exercício	19.110	(48.593)	
Percentual de participação (%)	90%	25%	
Valor contábil do investimento	15.747	375	16.122
Ágio	-	55.453	55.453
Mais valia	-	13.905	13.905
Quantidade de ações ordinárias	1.537.196	10.396.306	

9. Outras obrigações – obrigações fiscais correntes

Descrição	2021	2020
Provisão para imposto de renda e contribuição social	50	50
Impostos e contribuições a recolher	1.098	1.024
Total	1.148	1.074
Circulante	1.148	1.074

10. Outras obrigações – provisões

Descrição	2021	2020
Participações de funcionários e encargos sociais a pagar	7.523	6.852
Provisões para passivos de ações cíveis, trabalhistas e obrigações legais (nota 13.2)	2.867	12.619
Outras	1.082	704
Total	11.472	20.175
Circulante	8.605	8.728
Não circulante	2.867	11.447

11. Outras obrigações – diversas

Descrição	2021	2020
Incentivo de ações	3.184	2.220
Outras	158	194
Total	3.342	2.414
Circulante	3.342	2.381
Não circulante	-	33

12. Partes relacionadas

Descrição	Categoria	Controladora	Ativo		Passivo	
			2021	2020	2021	2020
Sul América S.A. (a) (b)	Controladora indireta	Sulasapar Participações S.A.	-	17	3.184	2.220
Rio's Capitalização S.A. (nova denominação da SULACAP) (b) (f)	Ligada	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	3	4	-	8
Saepar Serviços e Participações S.A. (b) (f)	Controladora indireta	Sul América S.A.	-	43	-	-
Sul América Companhia de Seguro Saúde (b) (f) (g) (h)	Controladora	Traditio Companhia de Seguros (nova denominação da SALIC)	336	378	156	4.934
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (g)	Controlada	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	3.040	-	-	-
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (b) (f) (e)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	133	175	7	7
Traditio Companhia de Seguros (nova denominação da SALIC) (b) (f)	Controladora indireta	Saepar Serviços e Participações S.A.	4	3	2	36
Sul América Santa Cruz Participações S.A. (b)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	105	102	-	-
Sul América Serviços de Saúde S.A. (c) (f)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	135	105
Sul América Holding S.A. (b)	Ligada	Sul América S.A.	-	10	-	-
Total			3.621	732	3.484	7.310

Descrição	Categoria	Controladora	Receita	
			Semestre findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2020
Sul América S.A. (b)	Controladora indireta	Sulasapar Participações S.A.	14	23
Rio's Capitalização S.A. (nova denominação da SULACAP) (b)	Ligada	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	18	37
Saepar Serviços e Participações S.A. (b)	Controladora indireta	Sul América S.A.	-	6
Sul América Companhia de Seguro Saúde (b)	Controladora	Traditio Companhia de Seguros (nova denominação da SALIC)	2.178	4.464
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (b)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	672	1.186
Traditio Companhia de Seguros (nova denominação da SALIC) (b)	Controladora indireta	Saepar Serviços e Participações S.A.	23	43
Sul América Santa Cruz Participações S.A. (b)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	576	1.173
Sul América Holding S.A. (b)	Ligada	Sul América S.A.	-	-
Órama Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (i)	Coligada	Outros	191	381
Sul América Seguros de Automóveis e Massificados S.A. (b) (j)	Outros	Outros	-	-
Controladores, Pessoas Chave ou com Influência Significativa, seus respectivos familiares e suas respectivas empresas relacionadas (k)	Outros	Outros	40	69
Total			3.712	7.382

Descrição	Categoria	Controladora	Despesa	
			Semestre findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2020
Sul América Companhia de Seguro Saúde (d) (h)	Controladora	Traditio Companhia de Seguros (nova denominação da SALIC)	(268)	(511)
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (e)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	(40)	(77)
Sul América Serviços de Saúde S.A. (c)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	(312)	(616)
Órama Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (i)	Coligada	Outros	(33)	(77)
Controladores, Pessoas Chave ou com Influência Significativa, seus respectivos familiares e suas respectivas empresas relacionadas (i)	Outros	Outros	-	(42)
Total			(653)	(1.323)

- (a) Valor referente ao reembolso que a Companhia faz a SASA relacionado ao plano de bonificação de seus executivos com incentivo em ações (stock options) de emissão da SASA;
- (b) Valor referente à taxa de administração e gestão que corresponde a 0,25% sobre o valor da carteira de ativos administrados, cuja liquidação é efetuada mensalmente;
- (c) Valor referente ao seguro saúde dos funcionários da Companhia;
- (d) Valor referente ao aluguel dos prédios da Nova Matriz e Pinheiros entre companhias do Grupo;
- (e) Valor referente ao seguro de vida grupal e do plano de previdência complementar oferecido a todos os colaboradores;
- (f) Valor referente à conta corrente, rateio e reembolso de despesas relativas à utilização de sistemas operacionais e estrutura administrativa entre empresas do grupo;
- (g) Valor referente a dividendos a ser distribuído ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios;
- (h) Valor referente ao seguro odontológico dos funcionários da Companhia;
- (i) Valores referente à prestação de serviços;
- (j) Valor referente a transações ocorridas até julho/2020, quando a companhia deixou de ser parte relacionada; e
- (k) Valor da taxa de gestão e administração, recebida pela SAMI, de fundos exclusivos em que o pessoal-chave é cotista.

Até 31/12/2021, a Companhia pagou dividendos à controladora CIA. SAÚDE no montante de R\$13.574 (R\$32.380 em 2020). Adicionalmente, a Companhia recebeu dividendos no montante de R\$13.408 (R\$45.611 em 31/12/2020) da companhia SAGA.

12.2. Remuneração da Administração

O pessoal-chave da administração inclui os membros do Conselho de Administração, Presidente, Vice-Presidentes e Diretores Estatutários. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	Benefícios de curto prazo a administradores	Benefícios pós-emprego	Incentivo de ações(a)	Total
Contas a pagar				
2021	2.759	-	3.184	5.943
2020	2.677	-	2.220	4.897
Despesas				
Exercício findo em 31/12/2021	(6.127)	(128)	(965)	(7.220)
Semestre findo em 31/12/2021	(3.771)	(64)	(668)	(4.503)
Exercício findo em 31/12/2020	(4.025)	(122)	(898)	(5.045)
Semestre findo em 31/12/2020	(1.622)	(61)	(300)	(1.983)

- (a) Despesa a reembolsar a SASA referente a incentivo em ações a seus executivos (vide nota 3.7).

13. Depósitos judiciais e provisões para ações judiciais

13.1. Depósitos judiciais

Os saldos dos depósitos judiciais estão contemplados na rubrica “Outros créditos – depósitos judiciais” no ativo realizável a longo prazo e são compostos conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2021	2020
Tributárias:		
COFINS	5.341	5.242
PIS	939	922
Imposto de renda	73	72
Outros	175	172
Trabalhistas e cíveis:		
Ações trabalhistas	36	2.128
Total	6.564	8.536
Não circulante	6.564	8.536

13.2. Movimentações das provisões para ações judiciais

Os saldos das provisões para passivos de ações cíveis, trabalhistas e obrigações legais estão contemplados na rubrica “Outras obrigações – provisões” (vide nota 10).

A movimentação das ações judiciais da Companhia está demonstrada a seguir:

Descrição	Saldos em 01/01/2020	Adições (a)	Atualização monetária	Pagamentos / baixas	Saldos em 31/12/2020
Cíveis e trabalhistas:					
Trabalhistas	3.806	5.861	138	-	9.805
Subtotal	3.806	5.861	138	-	9.805
Tributárias:					
PIS	320	-	4	-	324
COFINS	1.550	-	20	-	1.570
Imposto de renda	4.294	-	8	(4.302)	-
Honorários	901	-	19	-	920
Subtotal	7.065	-	51	(4.302)	2.814
Total	10.871	5.861	189	(4.302)	12.619
Circulante					1.174
Não circulante					11.445

(a) Reavaliação do processo número 00081003520065020039 em virtude dos esclarecimentos do laudo pericial contábil juntado aos autos em 11/2020.

Descrição	Saldos em 31/12/2020	Adições	Atualização monetária	Pagamentos / baixas	Saldos em 31/12/2021
Cíveis e trabalhistas:					
Trabalhistas (b)	9.805	-	443	(10.248)	-
Subtotal	9.805	-	443	(10.248)	-
Tributárias:					
PIS	324	-	5	-	329
COFINS	1.570	-	25	-	1.595
Honorários	920	9	19	(5)	943
Subtotal	2.814	9	49	(5)	2.867
Total	12.619	9	492	(10.253)	2.867
Não circulante					2.867

(b) Encerramento do processo número 00081003520065020039, após impugnação do laudo pericial contábil juntado aos autos, tendo ocorrido o pagamento da condenação remanescente junto com o valor referente ao depósito realizado em garantia.

13.3. Obrigações fiscais

IRPJ

A partir de 01/01/1997, a despesa de Contribuição Social tornou-se indedutível na base de cálculo do Imposto de Renda. Em decorrência da alteração mencionada, a Companhia impetrou Mandado de Segurança, obtendo liminar com depósito judicial, assegurando a dedutibilidade da Contribuição na apuração do Imposto de Renda. Em maio de 2013, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou constitucional o dispositivo legal que obsteu a dedução da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) na base de cálculo do IRPJ. Os advogados responsáveis pela causa entendem que as chances de perda são prováveis. Cumpre ressaltar que, a partir de 2013, a Companhia passou a tributar a despesa de Contribuição Social na base de cálculo do Imposto de Renda. Os valores questionados até 2013 estavam integralmente provisionados. Em outubro de 2016, tivemos a conversão em renda de parte dos depósitos judiciais, no valor de R\$135 e em fevereiro de 2020, a Companhia realizou a baixa integral do saldo remanescente dos depósitos judiciais e da provisão em função da conversão em renda.

A Companhia impetrou Mandado de Segurança objetivando obter o reconhecimento judicial, no sentido de afastar a tributação pelo IRPJ, supostamente, incidente sobre receitas provenientes da correção com base na variação da Taxa SELIC, de débitos tributários apurados nos cálculos dos seus resultados fiscais. Na data de 24/09/2021, por decisão de sua maioria, o pleno do Supremo Tribunal Federal, sob o abrigo do Instituto da repercussão geral, firmou o entendimento de que tais receitas não deveriam submeter-se à tributação pelas exações do IRPJ. Esta manifestação do STF poderá ainda ser objeto de recursos que limitem a fruição dos benefícios por parte das autoras do Mandado de Segurança.

CSLL

A Companhia impetrou Mandado de Segurança objetivando obter o reconhecimento judicial, no sentido de afastar a tributação pela CSLL, supostamente, incidente sobre receitas provenientes da correção com base na variação da Taxa SELIC, de indébitos tributários apurados nos cálculos dos seus resultados fiscais. Na data de 24/09/2021, por decisão de sua maioria, o pleno do Supremo Tribunal Federal, sob o abrigo do Instituto da repercussão geral, firmou o entendimento de que tais receitas não deveriam submeter-se à tributação pelas exações da CSLL. Esta manifestação do STF poderá ainda ser objeto de recursos que limitem a fruição dos benefícios por parte das autoras do Mandado de Segurança.

COFINS / PIS

A Companhia questiona judicialmente a legalidade da contribuição da COFINS e do PIS nos moldes previstos na Lei nº 9.718/1998, que determina a apuração das bases de cálculo mediante o cômputo da totalidade das suas receitas, entendendo como devido o produto das vendas de mercadorias e/ou serviços, requerendo sob a forma de compensação ou restituição, os créditos correspondentes aos valores pagos a esse título. Com a promulgação da Lei nº 11.941/2009, que revogou a ampliação da base de cálculo sobre outras receitas, passou, a partir da competência de junho de 2009, a recolher as contribuições somente sobre a receita de sua atividade principal. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda da demanda com base na receita da atividade principal e possível a perda da demanda referente à ampliação da base de cálculo (outras receitas), que não está provisionado por não se tratar de uma obrigação legal. Os valores relativos ao PIS e COFINS sobre a receita da atividade estão integralmente provisionados.

13.4. Contingências

Em 31/12/2021, o valor total em discussão dos processos fiscais cuja probabilidade de perda é classificada como possível pelos advogados que patrocinam as causas e pela Administração é de R\$22.808 (R\$22.368 em 2020), composto principalmente por auto de infração lavrado contra a Companhia, em que se questiona a dedutibilidade da amortização de ágio oriundo de incorporação da Sul América Investimentos S.A., nos anos calendários 2008 a 2010 e PIS e COFINS incidentes sobre a Receita Financeira.

14. Patrimônio líquido

14.1. Capital social

O capital social da Companhia, em 31/12/2021 e 2020, é de R\$137.875, dividido em 46.249.559 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e totalmente integralizado, conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24/07/2019. São assegurados aos acionistas dividendos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em consonância com a legislação em vigor.

14.2. Reservas de lucros

O total das reservas de lucros da Companhia, em 31/12/2021, é de R\$14.347 (R\$18.588 em 2020), composto, basicamente, por reserva estatutária e pela constituição da reserva legal, que é calculada com base no lucro líquido apurado em cada balanço, sendo destinados 5% para a constituição da reserva legal, até que alcance 20% do capital social.

14.3. Distribuição de dividendos

Em 25/10/2021, foi aprovada pelo Conselho de Administração a distribuição de dividendos intercalares, no montante de R\$8.760, com base no saldo de conta de lucro apurado em 30/09/2021, à razão de R\$0,19 (em reais) por ação, para pagamento a acionista a partir desta data, cuja parte do montante foi imputada aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício findo em 31/12/2021. Esta deliberação foi ratificada pelo Conselho de Administração, em 29/12/2021, de forma a corrigir a natureza dos dividendos para distribuição de dividendos intermediários.

Os acionistas da Companhia aprovaram, em Assembleia Geral Ordinária realizada em 29/03/2021, R\$4.814 para distribuição do dividendo obrigatório, correspondente a 25% do lucro líquido anual ajustado, pagos aos acionistas à razão de R\$0,10 (em reais) por ação, em 30/03/2021.

15. Distribuição do resultado

Descrição	2021	2020
Lucro antes dos impostos e participações	15.864	24.510
(-) Impostos e contribuições	(6.521)	(1.298)
(-) Participações	(4.824)	(2.943)
Lucro líquido do exercício	4.519	20.269
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(226)	(1.013)
Lucro líquido ajustado	4.293	19.256
Dividendos obrigatórios		
25% do lucro líquido ajustado	1.073	4.814
(-) Dividendos intermediários pagos e imputados aos dividendos obrigatórios	1.073	-
(-) Dividendos obrigatórios	-	4.814
Saldo dos dividendos obrigatórios	-	-
Dividendos intercalares pagos	3.220	-
Total dos dividendos	4.293	4.814
Destinação:		
Constituição de reserva estatutária	-	14.442

16. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

O resultado de operações com títulos e valores mobiliários totaliza R\$2.827 no exercício findo em 31/12/2021 (R\$1.836 em 31/12/2020) e R\$2.014 no segundo semestre de 2021 (R\$571 no segundo semestre de 2020), e é composto basicamente por rendimentos de títulos de renda fixa – públicos e de cotas de fundos de investimentos.

17. Receita de prestação de serviço

Descrição	Semestre findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2021	Semestre findo em 31/12/2020	Exercício findo em 31/12/2020
Administração de fundos de investimento	14.980	29.947	16.653	31.350
Administração de carteiras de títulos e valores mobiliários	3.744	7.453	4.650	8.716
Taxas de performance	1.339	7.578	1.923	2.451
Total	20.063	44.978	23.226	42.517

18. Despesa de pessoal

Em 31/12/2021 e 31/12/2020, no item pessoal próprio, estão incluídas as remunerações, os encargos e os benefícios a administradores. As despesas com pessoal próprio totalizam R\$16.751 em 31/12/2021 (R\$22.115 em 31/12/2020), R\$9.300 no segundo semestre de 2021 (R\$13.944 no segundo semestre de 2020).

19. Outras despesas administrativas

Descrição	Semestre findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2021	Semestre findo em 31/12/2020	Exercício findo em 31/12/2020
Processamento de dados	(994)	(2.201)	(1.322)	(2.326)
Repasse de comissão	(1.105)	(2.299)	(1.009)	(1.838)
Serviços de custódia	(1.626)	(3.251)	(1.879)	(3.347)
Propaganda e publicidade	(893)	(1.089)	(508)	(694)
Serviço técnico especializado	(606)	(1.091)	(550)	(850)
Aluguéis	(260)	(494)	(240)	(431)
Transporte	(83)	(101)	(6)	(141)
Material e manutenção de bens	(53)	(53)	-	-
Depreciações e amortizações	(2.544)	(5.070)	(4.402)	(4.489)
Outras despesas	(384)	(1.100)	(383)	(687)
Total	(8.548)	(16.749)	(10.299)	(14.803)

20. Outras receitas operacionais

Descrição	Semestre findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2021	Semestre findo em 31/12/2020	Exercício findo em 31/12/2020
Atualização monetária de depósitos judiciais	98	200	98	241
Outros (a)	783	1.418	326	334
Total	881	1.618	424	575

(a) Constituição de crédito fiscal em razão de êxito em processo transitado em julgado, na importância de R\$633.

21. Outras despesas operacionais

Descrição	Semestre findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2021	Semestre findo em 31/12/2020	Exercício findo em 31/12/2020
Variação monetária de obrigações legais	38	38	49	49
Juros e multa de mora dedutível	(6)	(7)	(12)	(13)
Juros e multa de mora indedutível (a)	(80)	(533)	(978)	(1.016)
Outros	(8)	(8)	39	(80)
Total	(56)	(510)	(902)	(1.060)

(a) Variação explicada pela apropriação de juros provenientes de ações judiciais no valor de R\$494 em 31/12/2021 (R\$977 em 31/12/2020).

22. Reconciliação de imposto de renda e contribuição social

Descrição	Exercício findo em 31/12/2021		Exercício findo em 31/12/2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social	15.864	15.864	24.510	24.510
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(3.966)	(3.173)	(6.128)	(3.677)
Diferença de alíquota contribuição social	-	793	-	-
Alíquota nominal	25%	20%	25%	15%
Correntes:				
Adições:				
Provisões para ações judiciais e obrigações fiscais	-	-	(1.019)	(651)
Provisões indedutíveis	(123)	(74)	-	-
Despesas não dedutíveis	(54)	(33)	(35)	(20)
Amortização de ágio	(725)	(469)	(748)	(449)
Outras	(1.229)	(736)	(457)	(288)
Subtotal	(2.131)	(1.312)	(2.259)	(1.408)
Exclusões:				
Resultado positivo de equivalência patrimonial	915	549	5.148	3.089
Reversão da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	2.438	1.463	-	-
Reversão de provisões não dedutíveis	-	-	1.133	680
Atualização de depósitos judiciais	30	18	24	14
Reversão da provisão sobre participação nos lucros	1.221	732	1.036	621
Subtotal	4.604	2.762	7.341	4.404
Prejuízo fiscal e base negativa:				
Compensações	303	182	344	219
Redução de incentivos fiscais	30	-	19	-
Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente	(1.160)	(748)	(683)	(462)
Diferidos:				
Reversão - Crédito tributário prejuízo fiscal / base negativa	(501)	(289)	(310)	(198)
Constituição / (reversão) de créditos tributários sobre diferenças temporárias	(2.359)	(1.416)	221	172
Débitos tributários sobre atualizações de depósitos judiciais	(30)	(18)	(24)	(14)
Despesas com imposto de renda e contribuição social diferido	(2.890)	(1.723)	(113)	(40)
Despesas com imposto de renda e contribuição social	(4.050)	(2.471)	(796)	(502)
Alíquota efetiva	25,53%	15,58%	3,25%	2,05%
Alíquota efetiva combinada		41,11%		5,30%

Descrição	Semestre findo em 31/12/2021		Semestre findo em 31/12/2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social	134	134	6.847	6.847
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(33)	(27)	(1.712)	(1.027)
Diferença de alíquota contribuição social	-	7	-	-
Alíquota nominal	25%	20%	25%	15%
Correntes:				
Adições:				
Provisões para ações judiciais e obrigações fiscais	112	68	(1.019)	(651)
Encargos sobre participações	-	-	10	6
Provisões indedutíveis	(123)	(74)	-	-
Despesas não dedutíveis	(32)	(20)	(25)	(14)
Amortização de ágio	(725)	(469)	(748)	(449)
Outras	(547)	(320)	(388)	(247)
Subtotal	(1.315)	(815)	(2.170)	(1.355)
Exclusões:				
Resultado positivo de equivalência patrimonial	(860)	(516)	2.364	1.418
Reversão da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	2.438	1.463	(430)	(218)
Reversão de provisões não dedutíveis	(331)	(199)	53	32
Atualização de depósitos judiciais	21	13	9	5
Reversão da provisão sobre participação nos lucros	719	431	590	352
Subtotal	1.987	1.192	2.586	1.589
Prejuízo fiscal e base negativa:				
Constituições	-	-	172	64
Compensações	(198)	(107)	344	219
Redução de incentivos fiscais	(9)	-	19	-
Receitas / (Despesas) com imposto de renda e contribuição social corrente	432	250	(761)	(510)
Diferidos:				
Constituição / (reversão) - Crédito tributário prejuízo fiscal / base negativa	3	2	(516)	(282)
Constituição / (reversão) de créditos tributários sobre diferenças temporárias	(1.550)	(930)	2.001	1.200
Débitos tributários sobre atualizações de depósitos judiciais	(21)	(13)	(9)	(5)
Receitas / (Despesas) com imposto de renda e contribuição social diferido	(1.568)	(941)	1.476	913
Receitas / (Despesas) com imposto de renda e contribuição social	(1.136)	(691)	715	403
Alíquota efetiva	847,76%	515,67%	-10,44%	-5,89%
Alíquota efetiva combinada		1363,43%		-16,33%

23. Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes alocados diretamente no patrimônio líquido

Descrição	Ativos financeiros disponíveis para venda	2021
		Total
Base de cálculo	262	262
Imposto de renda	(66)	(66)
Contribuição social	(39)	(39)
Total	(105)	(105)
Líquido	157	157

Descrição	Ativos financeiros disponíveis para venda	2020
		Total
Base de cálculo	(633)	(633)
Imposto de renda	158	158
Contribuição social	95	95
Total	253	253
Líquido	(380)	(380)

24. Administração de fundos de investimentos e carteiras administradas

Os patrimônios líquidos em 31/12/2021 dos fundos de investimento e carteiras administradas totalizavam R\$48.321.771 (R\$45.850.500 em 31/12/2020), sendo R\$15.987.363 (R\$14.515.511 em 31/12/2020) provenientes da sua controladora indireta, Sul América S.A. e suas controladas, e R\$32.334.408 (R\$31.334.989 em 31/12/2020), provenientes de clientes institucionais (fundos de pensão e empresas), distribuidores externos e clientes private.

25. Evento subsequente

Em 23/02/2022, a controladora indireta Sul América S.A. (SASA) e a Rede D'Or São Luiz S.A. ("Rede D'Or") informaram aos seus respectivos acionistas e ao mercado em geral que celebraram, nesta data, após as devidas aprovações de seus Conselhos de Administração e opinião favorável do Conselho Fiscal da SASA, a combinação de negócios entre as companhias que será realizada por meio da incorporação da SASA pela Rede D'Or, nos termos dos artigos 223 a 227 da Lei nº 6.404/1976 e da Instrução CVM 565/15, resultando (i) na extinção da SASA, que será sucedida pela Rede D'Or em todos os seus bens, direitos e obrigações; e (ii) no recebimento, pelos acionistas da SASA, de novas ações ordinárias de emissão da Rede D'Or em substituição às ações ordinárias ou preferenciais da SASA de que sejam titulares na data de consumação da Incorporação, as quais serão extintas ("Acionistas SASA").

Uma vez implementada a Operação, portanto, os Acionistas SASA migrarão para a base acionária da Rede D'Or, que permanecerá uma companhia aberta listada no Novo Mercado. A Rede D'Or, por sua vez, assumirá o controle das sociedades atualmente controladas, direta ou indiretamente, pela SASA.

A Operação engloba dois líderes do mercado de saúde no Brasil, juntando a maior rede hospitalar a uma das principais seguradoras independentes do País. A combinação entre as Companhias baseia-se em fundamentos estratégicos para expansão e alinhamento dos seus ecossistemas de saúde, incluindo os negócios de saúde, odonto, vida, previdência e investimentos, em favor de todos os clientes, beneficiários e parceiros de negócio.

A Operação será oportunamente submetida às aprovações das Assembleias Gerais das duas Companhias e aos órgãos reguladores competentes, em especial Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e Banco Central do Brasil – BCB.